câmara municipal, conforme se tratar do templo e seu recheio ou da residência paroquial.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se a corporação cultural deixar de satisfazer às obrigações impostas nos prazos marcados, que se contam da publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 3 de Março de 1928.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Portaria n.º 5:244

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, sejam entregues, em uso e administração, à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Vila Verde, concelho de Figueira da Foz, distrito de Coimbra, os edificios da igreja paroquial e da capela de Lares, com suas dependências, móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, que serão entregues à corporação cultural pela entidade em cujo poder e guarda elles se encontram, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação, reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que recebe, devendo uma cópia da respectiva apólice de seguro, feita segundo a avaliação resultante de acôrdo entre a corporação e a junta da freguesia, ser apresentada no Ministério da Justiça e dos Cultos no prazo de três meses, contados da publicação deste diploma de entrega, que caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se a corporação cultural deixar de apresentar a apólice de seguro no prazo fixado.

Paços do Governo da República, 3 de Março de 1928.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Portaria n.º 5:245

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, sejam entregues, em uso e administração, à corporação encarregada de promover e sustentar o culto católico na freguesia de Vila Franca de Xira, concelho da mesma denominação, distrito de Lisboa, os móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens que por efeito da lei de 20 de Abril de 1911 foram arrolados em 3 de Março de 1912 e que se encontram em poder e guarda da respectiva junta de freguesia, a qual delles fará entrega à corporação cultural com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará no competente auto de entrega, contendo a relação completa de todos os bens, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a sua guarda, conservação, reparação e seguro em nome do Estado, devendo a respectiva cópia da apólice do seguro, feito em conformidade da avaliação por acôrdo entre a cessionária e a junta de freguesia, ser apresentada no Ministério da Justiça e dos Cultos no prazo de três meses, contados da publicação deste diploma.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do

decreto n.º 11:887, ou se a corporação cultural deixar de apresentar a apólice do seguro no prazo marcado.

Paços do Governo da República, 3 de Março de 1928.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Portaria n.º 5:246

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, sejam entregues, em uso e administração, à corporação encarregada do culto católico na freguesia da Correlhã, concelho de Ponte do Lima, distrito de Viana do Castelo, os edificios da igreja paroquial e das capelas de Santo Abdão e de S. João, com suas dependências, adros, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, que serão entregues à corporação cultural pela entidade em cujo poder e guarda se encontram actualmente, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação, reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos, no prazo de três meses, contados da publicação deste diploma, cópia da apólice do seguro dos bens, segundo a avaliação feita de acôrdo entre ela e a junta de freguesia.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se a corporação cultural deixar de apresentar a cópia da apólice do seguro no prazo fixado.

Paços do Governo da República, 7 de Março de 1928.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Portaria n.º 5:247

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, sejam entregues, em uso e administração, à corporação do culto católico na freguesia de Vila Nova da Barquinha, concelho da mesma denominação, distrito de Santarém, os edificios da igreja paroquial da mesma freguesia e o da capela de Roque Amador, com suas dependências, móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, que serão entregues à corporação cultural pela entidade em cujo poder e guarda esses bens se encontram actualmente, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará no competente auto de entrega que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação, reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos, no prazo de três meses, cópia da apólice do seguro destes bens, segundo a avaliação feita por acôrdo entre a corporação cultural e a junta da freguesia.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se a corporação cultural deixar de apresentar a apólice do seguro no prazo marcado, que se conta da publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 3 de Março de 1928.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.